

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório para a contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de arbitragem que serão utilizadas nas competições oficiais e eventos do município de Dois Vizinhos - PR.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O Departamento de Esportes de Dois Vizinhos promove diversas modalidades esportivas, e a arbitragem é fundamental para garantir a imparcialidade, a justiça e a eficiência nos campeonatos municipais.

A presença de árbitros profissionais e imparciais garante que as partidas sejam conduzidas de forma justa e imparcial, eles têm a responsabilidade de aplicar as regras do jogo de forma consistente para ambas as equipes, sem favorecer nenhum lado.

A arbitragem ajuda a reduzir conflitos e disputas entre os jogadores, técnicos e torcedores, os árbitros estão lá para tomar decisões rápidas e objetivas, o que diminui a probabilidade de discussões acaloradas e brigas durante as partidas.

Investir na contratação de arbitragem profissional para os campeonatos municipais é uma forma de promover o desenvolvimento do esporte na comunidade, com isso demonstra-se o compromisso da administração pública em oferecer condições adequadas para a prática esportiva e estimula a participação de atletas e equipes.

A contratação de arbitragem para os campeonatos municipais é essencial para garantir a integridade, a segurança e a qualidade desses eventos esportivos. É um investimento que contribui para o desenvolvimento do esporte local e para a promoção de valores como fair play e respeito entre os participantes.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024

Data de publicação no PNCP: 24/01/2024

Id do item no PCA: 1476 a 1486

Classe/Grupo: Material/contratação de arbitragem

Identificador da Futura Contratação: 987541-16/2024

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Exigências e Requisitos Documentais

Para garantir a qualidade e a eficiência na arbitragem dos campeonatos municipais de futebol e futsal em Dois Vizinhos, os seguintes requisitos são imprescindíveis para a contratação:

Especialização e Credenciamento

A empresa deve ser especializada em arbitragem para futebol e futsal.

Todos os árbitros devem estar devidamente uniformizados, identificados e credenciados pela Federação Paranaense de Futsal e pela Federação Paranaense de Futebol.

A equipe deve ser composta por um árbitro e dois auxiliares e um mesário na modalidade de futebol e dois árbitros e um mesário na modalidade de futsal

Participação nas Federações



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Todos os árbitros devem ser membros da Federação Paranaense de Futsal ou da Federação Paranaense de Futebol.

Não será permitida a subcontratação.

Qualificação Técnica

Comprovação de experiência anterior na prestação de serviços de arbitragem esportiva, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Certificados ou diplomas dos árbitros que atuarão nos jogos, comprovando que possuem a qualificação necessária para a função (ex.: certificados de cursos reconhecidos pela respectiva federação ou confederação esportiva).

Qualificação Econômico-Financeira

Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma dalei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.

Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

Documentação Jurídica

Registro comercial, no caso de empresa individual.

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Segurança e Medicina do Trabalho

Prova de cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho, especialmente se houver atividades que exijam condições especiais.

Responsabilidade Social e Ambiental

Adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental, quando aplicáveis ao serviço a ser contratado.

Esses requisitos são fundamentais para assegurar a integridade, a segurança e a qualidade dos eventos esportivos, promovendo o desenvolvimento do esporte local e a promoção de valores como fair play e respeito entre os participantes.

Critérios de Julgamento

A licitação deve prever critérios claros e objetivos para a avaliação das propostas técnicas e de preço, conforme os princípios da Lei 14.133/2021, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

4. JUSTIFICATIVA DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO REGIONAL E LOCAL CONFORME DECRETO 21231/2024

A contratação de uma empresa especializada em arbitragem para os campeonatos municipais de futebol e futsal em Dois Vizinhos é justificada e se aplica através do critério local/regional dos 10% previstos no decreto 21231/2024 do município de Dois Vizinhos.

A exigência de que todos os árbitros sejam membros da Federação Paranaense de Futsal ou da Federação Paranaense de Futebol é para garantirmos a qualidade e a organização dos eventos. A proximidade com as federações estaduais facilita o cumprimento das normas e regulações estabelecidas, assegurando a qualidade e a imparcialidade da arbitragem.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A quantidade de jogos (125 unidades) para o serviço de arbitragem se dá pelo fato do número



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

de competições e eventos que o departamento de esporte (organiza) realiza por campeonato, no decorrer do ano.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para a contratação de empresa especializada em arbitragem para futsal e futebol, existem diferentes modalidades de licitação disponíveis de acordo com a Lei 14.133/2021. Neste caso optamos pelo pregão eletrônico.

Na necessidade de arbitragem poderíamos estar capacitando servidores do quadro da secretaria para executar esses serviços, como por exemplo os professores e funcionários do departamento de esporte, porém, não teríamos no quadro de funcionários a quantia necessária nem mesmo a qualificação e experiência dos mesmos pelo fato de acontecerem jogos simultâneos.

Contratação de Empresa Especializada Local:

Vantagens:

Proximidade geográfica facilita o deslocamento e a disponibilidade imediata dos árbitros. Redução de custos com transporte e hospedagem.

Agilidade na comunicação e na resolução de imprevistos.

Fortalecimento da economia local através da geração de empregos.

Desvantagens

Limitação de oferta de empresas qualificadas na região.

Contratação de Empresa Especializada Regional

Vantagens:

Diversidade de empresas qualificadas na região sudoeste do Paraná.

Rapidez na comunicação e resolução de problemas.

Desvantagens

Contratação de Empresa Especializada de Outra Região

Vantagens:

Ampla oferta de serviços e experiência.

Desvantagens

Não cumprimento do serviço em virtude da distancia.

Dificuldades logísticas e maior risco de atrasos.

Contratação de Árbitros Freelancers

Vantagens

Flexibilidade na contratação conforme a necessidade específica de cada jogo. Pagamento apenas pelos serviços prestados.

Desvantagens:

Variação na qualidade e na experiência dos árbitros.

Parcerias com Federações Esportivas

Vantagens:

Garantia de qualidade e formação reconhecida dos árbitros.

Acesso a uma rede ampla de árbitros qualificados.

Desvantagens.

Taxas de serviço possivelmente mais altas.

Disponibilidade limitada devido a compromissos pré-existentes.

Treinamento de Árbitros Locais

Vantagens:

Desenvolvimento de árbitros na própria comunidade.

Redução de custos a longo prazo.

Desvantagens:



Necessidade de tempo e recursos significativos para formação.
Inexperiência inicial dos árbitros recém-formados.

Conclusão

Considerando as vantagens e desvantagens de cada solução, a contratação via pregão de uma empresa especializada com árbitros confederados especializada na promoção de eventos esportivos é a alternativa mais viável para a arbitragem dos campeonatos municipais em Dois Vizinhos. Esta opção oferece um equilíbrio ideal entre custo, qualidade e eficiência, além de trazer benefícios significativos:

Viabilidade e Disponibilidade:

Empresas locais ou regionais garantem a presença imediata e contínua dos árbitros, minimizando atrasos e problemas logísticos.

Redução de Custos:

Despesas com transporte e hospedagem são menores em comparação com a contratação de empresas de outras regiões.

Rapidez na Resolução de Problemas:

A proximidade facilita a comunicação e a resolução de imprevistos durante os eventos.

Fortalecimento da Economia Regional:

Apoiar empresas locais e regionais contribui para o desenvolvimento econômico da região sudoeste do Paraná.

Qualidade Garantida:

Empresas especializadas possuem experiência e conhecimento das normas e regulamentos necessários para uma arbitragem justa e imparcial

Portanto, a contratação via pregão de uma empresa local ou regional especializada é a melhor solução para assegurar a integridade, a segurança e a qualidade dos campeonatos municipais em Dois Vizinhos, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento esportivo e econômico da comunidade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O custo estimado através de pesquisa, total da contratação é de R\$ **133.428,75** (cento e trinta e três mil quatrocentos e vinte e oito reais com setenta e cinco centavos), conforme custos apostos na tabela acima.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Diante da necessidade solução proposta é a contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de arbitragem para eventos esportivos, visando difundir o esporte através das diversas modalidades que realizamos no município e consequentemente aumentar a procura pelas modalidades esportivas que a Secretaria Municipal de Educação através do Departamento de Esporte proporciona.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Nas contratações com fornecimento de mão de obra, neste caso árbitros, será parcelado em dois itens com duas equipes de arbitragem uma a cada jogo.



10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A escolha do pregão eletrônico com disputa para a contratação de empresa especializada em arbitragem de futebol e futsal para competições organizadas pelo Departamento de Esportes do Município de Dois Vizinhos visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Economicidade, a realização da disputa eletrônica através da plataforma compras governamentais, baseada na Lei 14.133, proporciona um ambiente competitivo entre os fornecedores, resultando em propostas mais vantajosas para o município. Durante o período de lances, qualquer empresa poderá participar, o que aumenta a concorrência e favorece a obtenção de preços mais competitivos. Isso se traduz em economia de recursos financeiros, permitindo que o município contrate empresa especializada em prestação de serviço de arbitragem com o melhor custo-benefício possível.

Melhor Aproveitamento dos Recursos: A utilização do pregão eletrônico com disputa otimiza o tempo e os esforços da equipe responsável pela contratação, reduzindo burocracias e simplificando o processo de contratação. Além disso, transparência e agilidade oferecidas por essa modalidade permitem uma gestão mais eficiente dos recursos humanos envolvidos, concentrando esforços na avaliação das propostas e na seleção dos melhores fornecedores. Com isso, os recursos materiais e financeiros disponíveis são utilizados de forma mais eficaz, garantindo que a empresa atenda plenamente às necessidades dos eventos e competições esportivas de Dois Vizinhos.

Em suma, a expectativa da futura contratação é garantir a melhor empresa para um bom atendimento, andamento e qualidade dos eventos e competições esportivas, conforme os regulamentos dos campeonatos e demandas do nosso município exigem, ao mesmo tempo em que se promove a economia de recursos e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

O pregão eletrônico com disputa proporciona um processo transparente, competitivo e eficiente, que visa atender plenamente às demandas esportivas do município, fortalecendo sua qualidade de trabalho e resultados.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. A contratação de empresa especializada em prestação de serviço de arbitragem de futebol e futsal, não necessitam de fiscal técnico.

Relação de Gestor e Fiscais (Decretos nº 20.373/2024 e 20.374/2024)	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Cesar Antonio Tumelero
Fiscal Técnico:	Marcelo Stein

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Para suprir esta necessidade além da contratação de empresa especializada em arbitragem de futebol e futsal também temos as contratações de uniformes, materiais esportivos de treinamento, transporte, bolas específicas, segurança onde as mesmas estão em andamento nos processos administrativos.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

Para essa contratação não se observa nenhum impacto ambiental a ser considerado

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da Lei 14.133/2021)

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos que a contratação da empresa é viável e adequada para atender às necessidades específicas a que se destina e por não termos a disponibilidade em nosso quadro de funcionários.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O inciso VII do Art. 18 da Lei 14.133/2021 requer a consideração do regime de fornecimento de bens, serviços ou obras, observando os potenciais de economia de escala. Nesta licitação de forma não global, podendo assim uma empresa ganhar um item e outra ganhar outro item. As competições em questão serão definidas por calendário após a contratação dos árbitros, com isso para definirmos o calendário precisa ser concluído o processo de contratação de árbitros. O fornecimento dos serviços será por demanda, devido a natureza do objeto.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão

Critério de julgamento: menor preço

Modo de disputa: aberto;

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.



18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18. é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Segue modelo em anexo preenchido.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18. é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não.

Dois Vizinhos, 10 de Outubro de 2024.

Cesar Antonio Tumelero Diretor do
Departamento de Esportes
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19411-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B449-7E49-A5DE-990C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CESAR ANTONIO TUMELERO (CPF 325.XXX.XXX-68) em 30/10/2024 08:51:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 30/10/2024 09:13:06 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 30/10/2024 09:43:22 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCELO STEIN (CPF 030.XXX.XXX-75) em 30/10/2024 12:34:13 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/B449-7E49-A5DE-990C>